

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. MISAEL NETO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão, tendo em vista que há a presença de 46 Srs. Deputados.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Capitão Tadeu, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 26/02; 02, 03, 04 e 05/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Roberto Carlos, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06 e 15/01; 19 e 26/02; 05 e 12/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, do PCdoB, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria saudar a presença dos fazendários aqui nas Galerias Paulo Jackson, representados pelo IAF e também pelo Sindsefaz, e todos que estão aqui neste momento.

Sr. Presidente, gostaria de que não computasse do meu tempo, mas peço a V.Ex^a 1 minuto de silêncio em homenagem a Gey Espinheira, grande personalidade, uma das mais brilhantes figuras do Estado da Bahia e que infelizmente faleceu essa noite. Pediria 1 minuto de silêncio e que isso fosse descontado do meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Peço ao pessoal do computador que marque 1 minuto de silêncio solicitado pelo deputado Álvaro Gomes.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

Volto a palavra a V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, concedendo a V.Ex^a mais 1 minuto.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, o meu pronunciamento hoje inicialmente é em homenagem ao professor Gey Espinheira, um dos mais importantes professores do nosso Estado, um dos mais importantes acadêmicos do Brasil, sociólogo doutor, professor de mestrado e doutorado da Universidade Federal da Bahia. O professor Gey Espinheira, além de diversas outras atividades, era diretor de Estudos e Pesquisa do Iapaz – Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social. Tive o prazer de participar com o doutor Gey Espinheira de diversos fóruns mundiais, entre os quais o Fórum Social Mundial em Nairobi, Quênia; na Venezuela, do Fórum Social das Américas, em Quito do Fórum Social das Américas, Fórum Social das Américas na Guatemala. E o professor Gey Espinheira prestou grandes contribuições na luta pela transformação da nossa sociedade.

Dei entrada numa moção de pesar, hoje, na Assembleia Legislativa, em razão do seu falecimento.

(Lê) “O deputado infrafirmado vem, com esteio nos dispositivos regimentais, fazer inserir na ata dos trabalhos desta Egrégia Casa Legislativa, Manifesto de Moção de Pesar pelo falecimento de Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira (Gey Espinheira), no último dia 17 de março.

O falecimento de Gey Espinheira representa uma perda significativa para o

meio acadêmico e, principalmente, para toda a sociedade, pois era uma pessoa extraordinária e rara, essencial para a transformação social. Como intelectual, extrapolou os muros da academia e colocou todo o seu conhecimento, sabedoria e dedicação a serviço da construção de uma sociedade mais justa.

Nascido em Poções, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1970), mesma Instituição na qual fez o mestrado também em Ciências Sociais (1975). Já o doutorado em Sociologia foi concluído em 1997 na Universidade de São Paulo. Trabalhou como professor da UFBA desde 1980, desenvolvendo, dentre outras, atividades de pesquisa com ênfase em Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, violência, democracia, cidadania e educação.

Além de professor e pesquisador, Gey Espinheira era escritor, tendo publicado diversos livros, sendo o mais recente "Os limites do indivíduo: mal-estar na racionalidade, os limites do indivíduo na medicina e na religião" pela Fundação Pedro Calmon, Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, 2005. Com o romance "Relógio da Torre" foi o vencedor no gênero na 2ª Edição do Concurso Literário Bahia de Todas as Letras da Editora - EDITUS - da Universidade Estadual de Santa Cruz-Bahia.

Como Diretor de Estudos e Pesquisa do IAPAZ - Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, dignificou o trabalho da associação e contribuiu para as discussões em torno da "paz com justiça social" ao participar, como representante do Instituto, dos Fóruns Sociais das Américas realizados em Caracas, Quito e Guatemala, e no Fórum Social Mundial de Nairobi, nos quais ministrou importantes oficinas. Para qualquer instituição, pública ou privada, era um privilégio contar com a colaboração de uma pessoa dotada de sensibilidade social e firmeza de ideias.

Como professor, pesquisador e escritor, Gey Espinheira sempre se destacou pela atuação militante, razão por que sua vida se confunde com a história das lutas populares na Bahia em defesa dos direitos humanos e por uma melhor qualidade de vida para o povo baiano.

Nem mesmo durante o período em que lutou contra a doença Gey Espinheira interrompeu seus trabalhos, persistindo no exercício das atividades com o mesmo empenho profissional..."

O Sr. Presidente (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Já estou concluindo, nobre presidente, já estou no finalzinho.

(...) com o mesmo empenho profissional até os últimos momentos de sua vida.

Seu falecimento, portanto, cobre de tristeza o meio acadêmico e a sociedade como um todo, razão pela qual é que venho neste dia, prestar-lhe uma justa homenagem através da presente Moção de Pesar."

Então essa é a Moção que apresentei e, realmente, a Bahia perde uma grande personalidade...

O Sr. Presidente (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) mas o seu exemplo ficará para todos

seguirmos, construindo uma sociedade justa, igualitária.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos que o governo Wagner é uma nau sem rumo, sem porto, cavalo sem sela, como diz o grande compositor brasileiro Zeca Baleiro. O governador não tinha um projeto administrativo quando se candidatou, assumiu o governo sem saber para quê e a serviço de quê estaria o seu mandato. E o que o governador faz ao assumir o governo? Em lugar de completar a lacuna que lhe faltava, de ter um plano de governo, um rumo para o Estado, o governador, por diversas vezes, deu demonstrações públicas do seu desprezo por um dos instrumentos mais importantes da administração pública que é o planejamento.

O governador tem ojeriza à tarefa de planejar. Como não sabe onde quer chegar com o seu mandato, não quer ter metas preestabelecidas, não quer ter um plano que guie as suas ações. O governador em nenhum momento prestigiou a Secretaria do Planejamento, pelo contrário, tem negociado na bacia das almas constantemente a Secretaria desmoralizando o Dr. Ronald Lobato. A Secretaria do Planejamento foi ofertada ao PT, ao PR e ao PDT.

Amanhã o Sr. Governador nomeia o deputado Walter Pinheiro secretário do Planejamento. Ele é um grande parlamentar, mas que não tem nenhuma intimidade com a área de planejamento. Um deputado que não tem a formação para, por exemplo, apoiar e articular a formulação e a implementação de políticas públicas e planos setoriais de desenvolvimento econômico, social, regional, metropolitano e urbano, compatibilizando-os com o plano estadual de desenvolvimento e este com os planejamentos nacional e regional. Que plano estadual de desenvolvimento o governo Wagner tem? Nenhum. Apenas uma listagem de boas intenções, uma listagem de planos que não se interligam, pior, que não têm uma espinha estruturante.

O governador Wagner reduziu a Secretaria do Planejamento a uma secretaria de última grandeza, sem nenhuma importância. A importância que a Secretaria do Planejamento terá é apenas, segundo dizem os jornalistas – e, segundo esses jornalistas, setores do PT-, diminuir o poder de Rui e de Eva. É para isso que se subordina hoje a Secretaria do Planejamento que nos últimos anos teve participação decisiva na formulação e articulação de todos os grandes projetos da Bahia. Da avenida Paralela ao Centro Administrativo, se passou e se foi estudado na Secretaria de Planejamento. O Polo Petroquímico de Camaçari, foi estudado e debatido na Secretaria de Planejamento. Mais recentemente, houve a vinda da Ford. O Polo de Celulose no Extremo Sul do Estado. Tudo isso passou e foi debatido pela Secretaria de Planejamento.

Isso, no governo Wagner, é reduzido sua função a apenas uns caprichos de maquiavelismo de Província. O governador não tem a coragem do presidente Lula, ao menos neste aspecto, de demitir as peças que ele acha que não estão funcionando. O

governador só fica preocupado com a politicagem o mais possível atrasada.

Como um estado como a Bahia com graves problemas econômicos e sociais pode superar esta fase em que se encontra o seu instrumento de planejamento?

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concluindo, nobre presidente, o único planejamento que eu vi, nos últimos dias do governo Wagner, foi no sentido de trazer turistas venezuelanos para superar o déficit existente na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Misael Neto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, meu amigo particular e conterrâneo da cidade de Juazeiro que ora preside esta sessão, Srs. Deputados, imprensa presente, agentes de tributos, auditores fiscais aqui em campanha defendendo os interesses de sua categoria, demais senhores que acompanham esta sessão plenária, deputado João Carlos, V.Ex^a hoje presidiu, pela primeira vez, a sessão de segurança aqui desta Casa, trouxe ao debate a viagem do governador à Venezuela.

Ontem um aliado do governador Jaques Wagner, aliado do prefeito da cidade de Juazeiro, do PCdoB, disse que Juazeiro vai bem graças ao trabalho de 90 dias do atual prefeito, aliás nesses 90 dias Juazeiro não estava sofrendo com a crise de dengue. Então, eu gostaria de convocar a equipe médica de Juazeiro, porque está mais perto da cidade de Salvador, para cuidar dos casos de dengue aqui. Mas creio eu que este, como um trabalho preventivo, começou antes desta administração. Hoje, em verdade, como V.Ex^a falou que o governador Jaques Wagner é uma verdadeira nau sem rumo, Juazeiro está uma nau sem rumo, cidade ribeirinha às margens do rio São Francisco, hoje estampa os principais jornais da cidade.

(O Sr. Misael Neto mostra o jornal para o Plenário.)

Juazeiro sem água. Como pode uma cidade banhada pelo rio São Francisco não ter água? Está estampado o carro-pipa, deputado Heraldo Rocha, coisa que só se via no passado abastecendo distritos longínquos por falta de água. Deputado Luiz de Deus, V.Ex^a e o deputado Zé Nunes são de regiões carentes de água. Vemos a ida de carros-pipa ao interior do município para levar água.

(O Sr. Misael Neto mostra o jornal para o Plenário.)

Esta foto é do centro da cidade de Juazeiro, ou seja, é o carro-pipa abastecendo a cidade. Salvo engano, aqui é em seu bairro, ouviu, deputado Roberto Carlos? É no bairro onde V.Ex^a reside. Hoje, em Juazeiro, para você tomar banho de chuveiro no centro da cidade, é preciso que haja um carro-pipa para encher a sua caixa d'água.

A justificativa do governo municipal é a de que o sistema de abastecimento de água da cidade é antigo, deputado Roberto Carlos, e foi projetado para 70 ou 80 mil pessoas, e hoje tem 200 mil. Só que a cidade não teve esta explosão demográfica de janeiro a março, ou seja, em três meses a cidade não aumentou o seu tamanho. Então, esta justificativa do governo municipal não passa de balela.

Gostaria até, deputado Roberto Carlos, que V.Ex^a, componente da base do governo, acompanhasse isso de perto. Vejam, isso é grave, em nível de se decretar o estado de emergência na cidade. Lá é um sistema de abastecimento autônomo de água, o SAAI. Então, cabe à prefeitura municipal a gestão.

Então, de duas há uma: ou aqui, com este fato, com este decreto de emergência é em razão de má gestão – que eu acredito –, ou então isso aqui, deputado João Bonfim, (lê) *carro-pipa abastecendo o centro da cidade*, é decreto de emergência. Quanto a isso, eu não quero acreditar, deputado Roberto Carlos, ou seja, que isso seja somente para que não existam licitações e para que existam inexigibilidades de licitações, a fim de se fazer obras na cidade de Juazeiro.

Então, não quero acreditar na segunda opção. Quero, sim, acreditar na primeira opção, ou seja, que é uma má gestão, porque Juazeiro, assim como o governo do Estado, é uma nau sem rumo, deputado Roberto Carlos.

Era o que eu tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Líder do governo anunciou ontem a sua disposição de colocar em votação, na próxima semana, o projeto de lei nº 16.942/07, que trata da criação da Controladoria Geral do Estado, dizendo, deputado Gaban, que teria acordado com a Oposição.

Em primeiro lugar, quero dizer que não há nenhum acordo nesse sentido, tendo em vista que é a Maioria quem faz a pauta de votação. E também não fizemos nenhum acordo de votar até porque, se não houver mudanças estruturais nesse texto que cria essa Controladoria – que, como está, se destina a perseguir os prefeitos –, votaremos contra.

Quero chamar atenção para três emendas de minha autoria, em conjunto com o Líder do PMDB, deputado Leur Lomanto, e com o deputado Roberto Muniz, então Líder do PP e atual secretário estadual da Agricultura, em especial a emenda nº 10. Essas Bancadas deverão votar conosco, porque não é uma emenda, deputado Heraldo Rocha, contra o governo, mas para aperfeiçoar esse projeto e para fortalecer essa instituição.

Pois bem, com essa emenda, a nº 10, o art. 15 passa a ter a seguinte redação: *“A Controladoria Geral do Estado será dirigida pelo controlador geral do Estado, nomeado em comissão pelo Governador, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos de idade, de notório saber e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela Assembleia Legislativa”*.

Apenas acrescentou ao texto *depois de aprovada a escolha pela Assembléia Legislativa*. Repete, inclusive, a Constituição estadual no que se refere à escolha do procurador geral do Estado.

Precisamos dar, e é esta a nossa intenção, uma determinada independência, deputado Luiz de Deus, ao controlador geral do Estado, para que ele não fique

adstrito à questão partidária, querendo perseguir os desafetos do governador, prefeitos ou pessoas que ocupem cargos em comissão – por exemplo, gestores que tenham um determinado mandato em agências e possam ter um pensamento político-ideológico diferente do governador. E isso em qualquer governo, porque é uma lei que faremos para a eternidade.

Essa emenda não foi acatada pelo relator, por causa disso nós rejeitamos o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. E eu quero ponderar, em especial, com o PMDB, que é o partido que decide se esse projeto será arquivado ou não na Comissão de Educação, instância em que essa proposição tramita agora antes de vir ao Plenário. Se não for mudado o texto, por acordo, para incluir essa emenda, já há dois votos contrários do Democratas, o meu e o do deputado Sandro Régis, que é do nosso partido. Então essa matéria poderá ser rejeitada com o voto contrário do deputado Luciano Simões, se ele assim entender.

Entendo que essa emenda não é contra o governo, pois favorece o fortalecimento do Poder Legislativo. Peço a compreensão dos Srs. Deputados para aprovarmos uma emenda, deputado Gaban, que possa fortalecer a Casa, mais uma vez. Chega de ser tão subserviente ao Sr. Governador, que indicará qualquer pessoa ao seu bel prazer.

Para que não ocorra, deputado João Carlos Bacelar, o que V.Ex^a disse há pouco: de se pegar mais um político para atender a problema localizado do PT. Deixou-se sem mandato o deputado Joseph Bandeira, que representa o importante município de Juazeiro, chama-se o deputado Walter Pinheiro, que talvez fosse o deputado federal que mais tivesse contribuído com o governo do Estado da Bahia ao fazer a interface entre o governo federal e o governo do Estado, o que trará prejuízo, pois ele não suprirá as necessidades da Secretaria do Planejamento, a qual o governador – e espero até que isso seja revisto agora com a entrada do deputado Walter Pinheiro – tem deixado em segundo plano,...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O SR. ELMAR NASCIMENTO:- (...) não planeja nada, não se preveniu para a crise que está alcançando a Bahia como nunca, tirando milhares de empregos dos baianos.

Portanto, Sr. Presidente, chamo a atenção dos Srs. Deputados, em especial dos do PMDB, para essa emenda que apresentamos e que foi rejeitada. Se ela não for acatada, mediante acordo com o Líder do governo,...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- (...) já na Comissão de Educação rejeitaremos o projeto que cria a Controladoria-Geral do Estado por total falta de respeito do governo para com esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos auditores, companheiros agentes de tributos, companheiras taquígrafas – não tive a felicidade ainda de cumprimentar o companheiro taquígrafo desta Casa, mas espero, em breve conhecê-lo –, subo a esta tribuna, neste momento, para destacar a preocupação do governo Wagner com relação ao combate a dengue em nosso Estado.

Esse governo tem investido maciçamente no trabalho publicitário de conscientização da população no sentido de fazer com que o povo baiano venha a ser um grande parceira nessa luta contra essa doença que, infelizmente, tem ceifado algumas vidas e põe os habitantes da Bahia em alerta.

Mas, além de campanhas publicitária de conscientização, o nosso governo tem desenvolvido ações, a exemplo da que foi desenvolvida em Itabuna, com a instalação de uma UTI para atender, especificamente, aos casos de dengue naquela região e duas unidades de pronto-atendimento. Agora, mediante uma articulação com o governo da Venezuela, uma equipe de médicos venezuelanos estará chegando ao nosso Estado para auxiliar o governo nessa luta, que é de toda a população do Estado da Bahia.

E isso não está sendo feito à toa, Sr. Presidente. A Venezuela, há três anos, enfrentou uma epidemia de dengue, tendo chegado àquele país o mais temido dos vírus, que é o chamado “tipo 4”. E as ações do governo venezuelano foram ações exitosas, que conseguiram, senão sanar de uma vez por todas o problema da dengue, mas resolvê-lo, na sua maior parte, ou em quase sua totalidade.

Mas é bom que se diga também, Sr. Presidente, sem querer entrar em qualquer tipo de discurso paroquial – foram palavras, inclusive, de um técnico respeitado na área da saúde pública –, que em determinados locais onde houve descontinuidade administrativa, inclusive por demissões de agentes de saúde, ocorre um perigo muito grande de evolução do processo dessa doença.

O governo estadual vem fazendo a sua parte, o governo federal vem fazendo a sua parte, mas é necessário que o Ministério Público apure, fiscalize e denuncie ações de alguns gestores municipais que têm sido ineficazes em relação ao combate específico à dengue nos seus municípios.

Aquilo que precisar ser feito pelo governo da Bahia, pela Sesab, será feito, e os exemplos estão aí.

Portanto, eu acho que se equivocam bastante determinados deputados que vêm até esta tribuna dizer que a viagem do governador é viagem para fazer turismo, porque, se existe o tema turismo colocado na agenda...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- (...) do governador Jaques Wagner, ele foi discutir o avanço das relações entre a Venezuela e o Brasil nessa área, assim como discutiu também uma ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari, com vinda de indústrias petroquímicas através de convênios entre a Bahia e a Venezuela.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir.

O Sr. PAULO RANGEL:- Não se trata de governo sem rumo, não se trata de governo que não sabia o que ia fazer. Eu diria até que nós sabíamos o que não íamos

fazer, que era fazer aquilo que vinha sendo feito há anos, e deixou a Bahia na situação caótica que nós encontramos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Gaban, que permutou com o deputado Heraldo Rocha. V.Ex^a, deputado Gaban, terá 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente gostaria de registrar a presença aqui, hoje, maciça, do IAF, o que muito honra esta Casa. Ontem tivemos a presença do Sindsefaz, hoje, temos o IAF. Gostaria de parabenizá-los pela forma ordeira como têm conduzido esse processo de negociação na Casa, apresentando sempre elementos que contribuem, apresentando jurisprudências relativas a outros Estados, posicionamentos firmados por entidades aqui do Estado da Bahia. Eu acho que é essa demonstração de que precisamos, que só fazem contribuir para que, do Legislativo, saiam medidas que, efetivamente, venham fortalecer o governo do Estado. Parabéns a vocês todos. Registro também a presença do Sindsefaz, e aproveito a oportunidade para dizer à Casa, pois muitos deputados têm me consultado, como foi a reunião hoje da qual participaram uma comissão de parlamentares – estavam presentes o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto, os deputados Pedro Alcântara, Paulo Câmara e eu –, 3 representantes do IAF e 3 do Sindsefaz.

Hoje definimos como vai ser o comportamento da comissão e dos dois segmentos da Secretaria da Fazenda. Ficou acordado que na próxima segunda-feira, à tarde, faremos uma nova reunião e iniciaremos o debate pelos pontos em que exista convergência, ou que, pelo menos, não exista divergência. Iniciando, então, pelas emendas apresentadas. Aquelas em que os dois segmentos concordam, começaremos a discuti-las e aprová-las.

Depois de passar por todas as emendas, verificaremos pontos que, porventura, não estejam incluídos nesse projeto encaminhado pela Secretaria da Fazenda e que poderiam atender tanto ao IAF, em alguns casos, quanto ao Sindsefaz, em outros casos, para que possamos, depois de analisados esses pontos, levá-los à Comissão de Constituição e Justiça, onde tramita o projeto.

Lá, os componentes dessa importante comissão terão ciência do que foi acordado entre a comissão de parlamentares o IAF e o Sindsefaz, para que comecemos a discutir o projeto, naturalmente que com liberdade, para que todos os 63 parlamentares possam manifestar-se. Isso foi muito bem colocado hoje e todos entenderam o espírito desta Casa em relação a esse projeto, que foi discutido por mais de 2 anos dentro da Secretaria da Fazenda e não se conseguiu um consenso.

O que colocamos para os dois segmentos da Secretaria da Fazenda é que quando há interferência da Casa e saem emendas coletivas é muito mais fácil de qualquer governo aceitar, porque há um respaldo da Assembleia Legislativa, há a concordância de toda a Casa, que é quem vai julgar o processo.

Então, achei que essa reunião foi extremamente proveitosa. Tenho que

parabenizar os representantes dos dois segmentos, Sindsefaz e IAF, pela forma como se colocaram. Todos entenderam a posição da Assembleia Legislativa e desarmaram seus espíritos. E nas conversas preliminares a essa primeira reunião ficou muito claro para todos que podemos fazer um projeto muito mais abrangente do que o atual.

É lógico que não vamos conseguir, que é impossível atender em 100% às duas categorias, porque há pontos conflitantes e não chegaríamos a um acordo nunca. Até porque já existem jurisprudências, decisões proferidas não só pelo Supremo Tribunal Federal, mas também por tribunais de outros estados. Mas esse não é o X da questão, o que importa é atender, no que for possível, às duas categorias, para que saiam satisfeitas.

Até posso adiantar à Casa, porque alguns vieram conversar sobre esse assunto comigo, hoje, que até o teto vamos discutir. O art. 37 da Constituição Estadual prevê um teto diferenciado do dos parlamentares, condicionando o serviço, apesar de que também existe uma emenda constitucional relacionada a esse assunto. Podemos voltar a discutir esse assunto para que exista um teto vinculado ao dos Srs. Desembargadores, como é previsto na Constituição do Estado da Bahia, e esse seria um ponto de convergência, de acordo entre os dois segmentos. Aí, sim, poderíamos resolver as questões.

Também não adiantaria aprovarmos qualquer melhoria que fosse para qualquer categoria porque suas remunerações são limitadas pelo salário baixíssimo que recebem, hoje, não só os deputados estaduais como, em função disso, o governador do Estado e todas as outras categorias, sobretudo as da Secretaria da Fazenda, procuradores do Estado e os coronéis.

Quero parabenizar a Casa.

E tenho certeza que, pela forma como essa primeira reunião foi feita, teremos sucesso a partir da semana que vem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

Parariam, assim, dessa forma, os atritos e a Casa, mais uma vez, cumpriria sua obrigação.

Quero também deixar claro que hoje, mais uma vez, foi colocado o assunto sobre a tramitação desse projeto. Como já havia feito, no primeiro dia de instalação da Comissão de Constituição de Justiça, numa questão de ordem ao presidente Zé Neto, e ele já tinha concordado. E nesta quarta, mais uma vez, ficou claro. Agora tem muito mais sentido, tem uma comissão já analisando. Mas, mesmo se não tivesse, este projeto não iria ser votado na semana que vem porque será a primeira reunião da CCJ. Nesta semana não teve quórum para que ela fosse realizada, e é lá que vamos estabelecer a sua tramitação.

Espero, Sr. Presidente, e nós todos aqui da Casa, tanto é o desejo manifestado hoje na reunião do IAF e Sindsefaz, que este procedimento ocorra o mais rápido possível para que eles voltem a trabalhar com tranquilidade e a paz que o Estado precisa para que, satisfeitos, arrecadem o que a Bahia precisa, sobretudo neste momento de dificuldades com queda na arrecadação, aumento do salário mínimo e

diminuição de recursos para as prefeituras municipais da nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Foi mais no sentido de esclarecer à Casa, e extrapolei o prazo. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Isaac Cunha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, a minha vinda a esta tribuna, especialmente nesta tarde, é para fazer um convite a vocês e aos parlamentares de forma direta. Já foram encaminhados os convites, mas estou fazendo-os de maneira especial especial a todos, pois amanhã estaremos realizando, por nossa iniciativa, uma sessão especial em comemoração aos 40 anos dos Correios. São 40 anos duma empresa que é a de maior credibilidade neste País e da qual faço parte há 28 anos.

Como deputado estou licenciado desta empresa e muito me orgulho pela sua existência, pelos seus serviços prestados ao nosso Brasil, à sociedade, à comunidade de modo geral. A família ecetista é reconhecida no Brasil e no mundo. Os nossos Correios têm uma história impressionante, lindíssima no cenário das comunicações mundiais como instituição que tem desenvolvido um trabalho relevante para esta Nação e o mundo, até porque muitos dos nossos trabalhos desenvolvidos, serviços prestados e a nossa tecnologia têm sido alvos de cursos e facilitações a outros países.

Algumas nações vêm aos nossos Correios no Brasil utilizar do nosso conhecimento para implantar lá fora o jeito como ele funciona ele aqui e dá certo no País. Não há aqui nenhum dos senhores que não tenha ido aos Correios ou tenha deixado de utilizar os nossos serviços. E não é só o fato de irem e virem cartas, o serviço que agrega o social. É uma empresa que agrega também o cultural, porque nela temos uma área cultural que nós chamamos de filatelia. Os senhores, talvez os mais antigos, conhecem o que é a filatelia, uma área dos Correios que desenvolve o colecionismo de selos. E o Brasil foi o segundo País a lançar o selo comemorativo, depois da Inglaterra. Então, nós temos uma história enquanto instituição, empresa, enquanto organização que presta serviços relevantes à sociedade.

Essa empresa, amanhã, especialmente no dia 20, faz 40 anos enquanto Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ela, antes, era departamento, foi mudada a sua nomenclatura, transformada em empresa, por conta das mudanças que eram necessárias se fazer naquele ano de 1969. Para transformá-la no que é hoje, foi preciso haver grandes alterações e mudanças nessa empresa que presta serviços relevantes a toda a sociedade.

A empresa, da qual eu faço parte, que tem me dado suporte aqui, que me trouxe até aqui também, essa empresa estará sendo homenageada amanhã numa sessão especial e V. Ex^{as} verão de forma direta qual o papel dela na sociedade, quais os trabalhos e serviços prestados que ela tem à sociedade, como ela funciona.

Muita gente ainda não conhece de fato qual o trabalho dos Correios. Mas, amanhã, teremos oportunidade de estar aqui nessa homenagem. Eu convido a todos

para se fazerem presentes, os senhores deputados, servidores, funcionários, os senhores das Galerias, os senhores auditores fiscais. O convite é estendido a toda esta Casa, a toda a comunidade soteropolitana. Estarão aqui presentes pessoas que fazem parte da direção da empresa. Amanhã, será um dia brilhante para a Bahia por estar sendo homenageada uma das maiores, senão a maior...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- (...) empresa deste País, concluindo, Sr. Deputado, que emprega 108 mil trabalhadores diretos e tem um volume considerável de entrega diária de correspondências. Mais de 60 milhões de correspondências...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- (...) são entregues por este Brasil afora. Então, sintam-se convidados a estarem amanhã a partir das 10 horas nesta Casa de Leis para prestar uma homenagem a essa empresa que tem prestado serviço relevante a nossa pátria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem levantada pelo deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu pediria a compreensão dos fazendários, representados pelo Sindsfaz e pelo IAF. Conforme o meu primeiro pronunciamento, no Pequeno Expediente, apresentei aqui uma moção de pesar pelo falecimento do professor Gey Espinheira. O seu enterro vai ser agora às 16h30min ou 17h e nós já estamos num horário onde existe o risco de engarrafamento e de não chegar a tempo para o enterro do professor. Eu particularmente irei, há alguns parlamentares que querem ir e entendo que essa seria uma justa homenagem da Assembléia Legislativa da Bahia.

Nós temos aqui a presença dos fazendários, que vão compreender essa situação. Eu tenho certeza de que muitos deles também gostariam de participar do enterro do professor Gey Espinheira. Muitos foram seus alunos, colegas, conhecidos, portanto, eu peço a compreensão e reafirmo que esta questão de ordem para verificação de quórum para continuidade da presente sessão tem o exclusivo objetivo de homenagear o nosso professor Gey Espinheira.

Portanto, eu pediria a compreensão da Bancada de Oposição e dos fazendários, tanto os do Sindsefaz quanto os do IAF.

Considero que este é um momento que a Assembleia Legislativa precisa homenagear uma personalidade que, efetivamente, deu grandes contribuições ao Estado da Bahia.

Então, nobre presidente, peço uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, concordo com o deputado Álvaro Gomes, respeito o seu pedido de verificação de quórum. Eu estou até apresentando uma moção de pesar pelo falecimento do sociólogo e professor Gey Espinheira, um homem da cultura e uma das grandes cabeças da Bahia.

Mas nós do Democratas e da Minoria fazemos um apelo ao deputado Álvaro para que ele, como Vice-Líder da Maioria, nos represente no enterro do professor, e assim possamos continuar esta sessão, pois estamos debatendo assuntos importantes. Tenho certeza de que, se estivesse aqui, o sociólogo Gey Espinheira concordaria com essa sugestão.

Então eu solicito a V.Ex^a, deputado Álvaro, que retire o seu pedido de verificação de quórum neste momento, já que temos vários assuntos a tratar na sessão de hoje.

Amanhã, provavelmente, não teremos sessão, porque teremos uma sessão especial no horário. Então esta é a última sessão da semana. Faço esse apelo, em meu nome e da minha Bancada, e sugiro que o deputado Álvaro Gomes nos represente neste ato tão importante. Infelizmente a Bahia perdeu um dos seus grandes filhos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- O pedido de V.Ex^a também será acatado.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu gostaria de ponderar, nobre deputado Heraldo Rocha, pois os fazendários estão compreendendo esta situação. Teremos sessão todos os dias, quando teremos a oportunidade de continuar este debate. Por outro lado, esta é a única oportunidade de darmos o último adeus e expressarmos a nossa saudade ao nosso companheiro Gey Espinheira.

Por isso, mantenho a questão de ordem, nobre presidente Roberto Carlos. Se o deputado Heraldo Rocha insistir, eu pediria a V.Ex^a que contasse os 15 minutos. Caso contrário, peço a verificação do número de deputados para que possamos ir ao velório do nobre sociólogo Gey Espinheira.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

O deputado Heraldo Rocha confirma que pediu os 15 minutos regimentais para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Peço aos controladores que zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Atenção, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Álvaro Gomes e Heraldo Rocha. Aqueles que estiverem no cafezinho, nos gabinetes, no restaurante, nos corredores, venham ao Plenário porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Com a palavra o deputado Pedro Alcântara. Deputado, por favor, marque a sua presença.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que V.Ex^a nos concede de falar para dizer que a Bahia perde um dos maiores cérebros, uma das pessoas mais preparadas e que a observação do deputado Álvaro Gomes é importante.

Acho que deveríamos determinar uma comissão para nos representar no funeral de tão ilustre personalidade da nossa terra, pois – como o disse o deputado Heraldo Rocha – entendo, sem querer seguir mesma linha dele, mas uma uma linha própria, temos assuntos importantes ainda para discutir.

Por exemplo, na minha terra, que é também a de V. Ex^a, embora tenha chovido ontem torrencialmente e alagado nossa cidade, estamos com um problema muito sério, o qual iria trazer à tribuna desta Casa hoje e debater, pois, a qualquer momento, poderemos ter um colapso no sistema de abastecimento de água de Juazeiro, que é a cidade mais importante do Vale do São Francisco. V.Ex^a sabe tanto quanto eu que estamos às margens de um rio, a centímetros dele; portanto, é um contrassenso termos problemas de abastecimento de água em Juazeiro.

As últimas administrações municipais, em vinte anos, não fizeram os investimentos necessários no sistema de água de Juazeiro – cuja captação, tratamento e distribuição foram projetados para uma cidade de 65 mil habitantes – 65 mil habitantes –, que, hoje, tem uma população de aproximadamente 250 mil habitantes.

Levamos um projeto a S. Ex^a o Governador, o qual precisa, de imediato, deputado Sérgio, de um investimento em torno de, no mínimo, de R\$ 20 milhões atender a uma demanda reprimida e se projetar para o crescimento dos próximos anos, pois Juazeiro é uma cidade que cresce em função da fruticultura e da agricultura irrigada.

Portanto, quando falo em contrassenso, estamos gastando – o contribuinte brasileiro – bilhões de reais para levar água a milhares de quilômetros de distância, numa transposição, cujo debate tenho trazido a esta Casa desde a sua projeção, desde o início das obras. E contesto o ministro da Integração Nacional, o deputado Geddel Vieira Lima, dizendo que quem gosta da Bahia não pode, em hipótese nenhuma, conceber que se leve água a milhares de quilômetros de distância, a um custo de bilhões de reais, e Juazeiro, a cidade mais importante da Bahia situada às margens do São Francisco esteja na iminência de sofrer um colapso no sistema de abastecimento de água por falta de investimentos.

O prefeito de Juazeiro, Isaac Carvalho, que está, hoje, em Brasília, cumprindo o seu dever, está sendo chamado na cidade de “o prefeito trinta horas”, pois trabalha sábado e domingo, correndo atrás do prejuízo, como se diz popularmente, porque em Juazeiro a situação é realmente gravíssima em todos os sentidos, principalmente no que diz respeito a uma coisa que é vital para nós seres humanos – a água. Portanto, queremos debater esse assunto nesta Casa, e a oportunidade para esse debate é hoje.

Meu caro colega deputado, competente, trabalhador, saiba que ninguém põe em questionamento a sua questão de ordem como uma fuga ao trabalho, pois V. Ex^a é o deputado nota 10 em frequência e discurso e ama esta Casa como eu. Por conseguinte, como Líder da Bancada do nosso partido, vamos solicitar a frequência e o quorum para dar continuação à sessão e sugerimos que se nomeie uma comissão

para representar esta Casa no funeral de tão ilustre personalidade baiana, um dos seus maiores cérebros e, reconhecidamente, detentor da melhor formação em âmbito estadual, nacional e até internacional.

Um outro assunto que queremos debater, deputado, que preside, para honra nossa e de Juazeiro, esta Casa neste momento, sendo o primeiro-secretário dela, é o Festival Internacional da Sanfona, que está ocorrendo desde o dia 16 e vai até o dia 21 e é um fato inédito no nosso País, com repercussão na Bahia, no resto do País e no exterior. Convido, pois, todos os membros desta Casa, se puderem, a se dirigirem a Juazeiro nesses dias a fim prestigiar esse evento, que tem a coordenação do ilustre artista baiano-pernambucano Targino Gondim, compositor, autor e executor de inúmeras obras sertanejas, em que homenageia figuras ilustres como o nosso querido e inesquecível Luiz Gonzaga, o Rei do Baião.

Sei que tramita, nesta Casa, um projeto de autoria de V.Ex^a – do qual queria ter a honra de ser coautor e com relação ao qual queria ver se, ou segunda-feira ou, se possível, amanhã, dispensamos todas as formalidades para aprová-lo.

Fizemos uma moção de aplauso ao sanfoneiro Targino Godin e a esse Festival Internacional da Sanfona. A indicação já foi publicada no Diário Oficial de hoje. Sugiro a V. Ex^a que trabalhem conjuntamente no sentido de aprovarmos amanhã, pela manhã, ou ainda hoje, se a sessão continuar, esse título de cidadão, dispensando as formalidades, mais do que justo para uma pessoa que tem contribuído, e muito, para a música nordestina, projetando a Bahia, porque nós sabemos que ele simplesmente nasceu em Pernambuco, mas foi criado em Juazeiro. Sou testemunha de que ele foi criado em Juazeiro, suas raízes são juazeirenses, sua família mora em Juazeiro, é um amigo seu, um amigo nosso, amigo de todos nós de Juazeiro, que tem projetado, e muito, a nossa cidade na música nordestina, nos filmes, em DVDs, em documentários.

Eu queria que fizéssemos um esforço para aprovarmos esse projeto hoje, até em homenagem ao que ele tem feito pela Bahia. Portanto, deputado Álvaro Gomes, sugiro a V. Ex^a que nós reunamos uma comissão para representar esta Casa no funeral da ilustre figura que já foi referenciada por V. Ex^a, pelo deputado Heraldo Rocha e agora por nós, e que nós demos sequência e tentemos um acordo para aprovarmos a dispensa de formalidades a esse projeto que concede o Título de Cidadão a Targino Godin. Proponho-me a ser o co-autor desse projeto, com a aquiescência de V. Ex^a, para dar uma força maior a esse projeto que enaltece e que torna baiano o nosso querido amigo Targino Godin.

Muito obrigado pela tolerância, meu caro presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V. Ex^a teve uma tolerância grande, 2 minutos de tolerância.

O Sr. Pedro Alcântara:- É cortesia de conterrâneo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):-Com certeza.

Concedo questão de ordem ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, nesse momento eu queria registrar que essa questão de ordem solicitada pelo deputado Álvaro Gomes tem um procedência muito

grande. Temos aqui deputados brilhantes, presentes, mas o deputado, talvez, mais presente nesta Casa, principalmente na tribuna, é o deputado Álvaro Gomes. Então quando o deputado faz uma questão de ordem como essa é porque sente realmente o valor, a personalidade, do grande sociólogo Gey Espinheira que faleceu ainda muito cedo.

Mas confesso, também, muito embora acompanhe a questão de ordem, que nós temos que dar um tratamento a essa discussão do projeto do Fisco, aqui neste plenário, esgotando esse debate. E já que esse não foi esgotado, temos que aproveitar rapidamente para fazê-lo, até porque temos visões diferentes, sentimos que existem duas categorias do mesmo ramo, mas diferenciadas e que se posicionam de forma diferentes. Esse debate não tem sido feito no plenário, foi feito numa comissão, como deveria.

Eu, por exemplo, tenho uma posição tomada, vou votar com o projeto do governo. (Palmas). Independente do projeto do governo, eu apóio, hoje, a reivindicação que vem sendo feita pelos agentes de tributos e vou buscar orientar a minha Bancada nesse sentido, até porque existem alguns pontos que devem ficar claros.

Acho que nós não podemos, Sr. Presidente, de forma alguma, nesta Casa, comungar com o discurso de que está se procedendo um “trem da alegria” na Secretaria de Fazenda, quando o projeto não prevê contratação de ninguém, muito menos ilegal. (palmas) Nós não podemos aqui, também, apegarmos-nos a uma argumentação de que existe um parecer do Ministério Público e da OAB contra o projeto ora apresentado, quando na verdade esse parecer foi dado... Eu quero garantir a minha palavra, deputado. V.Ex^a é um dos deputados que mais se expressam nesta Casa de forma contundente e sempre foi respeitado. Eu estou usando o meu tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A palavra de V.Ex^a está garantida.

O Sr. Paulo Rangel :-Um desses pareceres foi dado previamente a partir de uma visão dos auditores. Eu não tenho aqui posicionamento contra uma ou outra categoria, mas acho que a próxima sessão deve ser marcada por este debate nesta Casa para que os posicionamentos fiquem claro.

Finalizando, louvo hoje o posicionamento do deputado Álvaro Gomes, mas acredito que logo logo vamos ter que ter uma definição, porque acho que neste momento, se continuarmos trabalhando esse tema dessa forma, quem vai estar sendo prejudicado é a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e, evidentemente, o Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, gostaria de expressar os nossos sentimentos, da Bancada do PMDB, pelo falecimento, ontem, do sociólogo Gey Espinheira, defensor dos direitos humanos, figura bastante querida, mas também gostaria de esclarecer aqui, principalmente ao deputado Pedro Alcântara, e entender

sua questão de ordem, pois ele quis fazer um relacionamento de um problema de falta d'água na cidade de Juazeiro com o projeto de transposição do Rio São Francisco. Esse projeto, que é um dos principais projetos do governo do presidente Lula, visa justamente levar água para os locais que tanto necessitam de água nas mais longínquas cidades do Norte e Nordeste, do nosso sertão brasileiro, e se fosse um projeto que não fosse aprovado pela maioria da população o presidente Lula não estaria hoje com mais de 80% de aprovação popular.

Acho que essa questão da água em Juazeiro deve ser um problema da gestão pública municipal, porque não se sabe, V.Ex^a que é de Juazeiro pode dizer, se antigamente, nas gestões anteriores, já existia o problema de falta d'água no centro da cidade e na cidade de Juazeiro.

Quero aproveitar a oportunidade também e fazer aqui uma moção parabenizando o nosso ministro Geddel Vieira Lima, que hoje completa 50 anos de idade, um importante defensor do nosso Estado, que tem trazido para a Bahia importantes investimentos. São milhões e milhões de reais distribuídos por todas as cidades do interior do Estado. Então, gostaria de parabenizar esse grande homem público, sem sombra de dúvida um dos melhores ministros do atual governo do presidente Lula.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Nossos aplausos ao ministro. Deputado Pedro Alcântara, não há mais tempo. Só há 18 deputados presentes. Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*